

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: ES000245/2023  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 18/05/2023  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR023646/2023  
NÚMERO DO PROCESSO: 13040.101439/2023-29  
DATA DO PROTOCOLO: 18/05/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND IND ALIM CONG SUPERC SORV CONC E LIOFILIZADO DO ES, CNPJ n. 28.572.907/0001-44, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RENATO BRAGANCA DOMINGUES;

E

SIND TRAB IND LAT D F P AC SORV CONC LIOF EST ESP SANTO , CNPJ n. 36.402.402/0001-60, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MESSIAS MOREIRA BRUM;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2023 a 30 de abril de 2024 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos trabalhadores que exercem atividades nas indústrias alimentar de congelados, supercongelados, sorvetes, concentrados e liofilizados, representadas pelo Sindicato da Indústria signatário desta, com abrangência territorial em Afonso Cláudio/ES, Água Doce do Norte/ES, Águia Branca/ES, Alegre/ES, Alfredo Chaves/ES, Alto Rio Novo/ES, Anchieta/ES, Apiacá/ES, Aracruz/ES, Atilio Vivacqua/ES, Baixo Guandu/ES, Barra de São Francisco/ES, Boa Esperança/ES, Bom Jesus do Norte/ES, Brejetuba/ES, Cachoeiro de Itapemirim/ES, Cariacica/ES, Castelo/ES, Colatina/ES, Conceição da Barra/ES, Conceição do Castelo/ES, Divino de São Lourenço/ES, Domingos Martins/ES, Dorcas do Rio Preto/ES, Ecoporanga/ES, Fundão/ES, Governador Lindenberg/ES, Guaçuí/ES, Guarapari/ES, Ibatiba/ES, Ibatuba/ES, Ibitirama/ES, Iconha/ES, Irupi/ES, Itaguaçu/ES, Itapemirim/ES, Itarana/ES, Iúna/ES, Jaguaré/ES, Jerônimo Monteiro/ES, João Neiva/ES, Laranja da Terra/ES, Linhares/ES, Mantena/ES, Maratáizes/ES, Marechal Floriano/ES, Marilândia/ES, Mimoso do Sul/ES, Montanha/ES, Mucurici/ES, Muniz Freire/ES, Muqui/ES, Nova Venécia/ES, Pancas/ES, Pedro Canário/ES, Pinheiros/ES, Piúma/ES, Ponto Belo/ES, Presidente Kennedy/ES, Rio Bananal/ES, Rio Novo do Sul/ES, Santa Leopoldina/ES, Santa Maria de Jetibá/ES, Santa Teresa/ES, São Domingos do Norte/ES, São Gabriel da Palha/ES, São José do Calçado/ES, São Mateus/ES, São Roque do Canaã/ES, Serra/ES, Sooretama/ES, Vargem Alta/ES, Venda Nova do Imigrante/ES, Viana/ES, Vila Pavão/ES, Vila Valério/ES, Vila Velha/ES e Vitória/ES.**

## SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

A partir de 1º de maio de 2023, o piso salarial da categoria será de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais).

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

## **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

Fica estabelecido que os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, que percebam acima do piso salarial estabelecido na Cláusula Terceira, terão seus salários reajustados em 5% (cinco por cento), aplicado sobre os salários vigentes em 30/04/2023.

**Parágrafo primeiro** – Fica autorizada a compensação das antecipações concedidas no período de 1º de maio de 2022 até a data que anteceder a assinatura do presente instrumento coletivo.

**Parágrafo segundo** - Os empregados admitidos a partir de 01/05/2022 poderão ter seus salários reajustados de forma proporcional, em percentual equivalente a 1/12 em relação a cada mês.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL NOTURNO**

### **CLÁUSULA QUINTA - ADICIONAL NOTURNO**

As empresas pagarão o adicional referente ao trabalho noturno à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora normal, considerando como horário noturno aquele compreendido entre as 22h de um dia e 5h do dia seguinte.

## **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

### **CLÁUSULA SEXTA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Fica fixado o adicional de insalubridade de acordo com os percentuais determinados por Lei, mas sendo os mesmos calculados sobre o piso profissional da categoria.

## **OUTROS ADICIONAIS**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - INCENTIVO A EDUCAÇÃO**

Fica assegurado aos trabalhadores o pagamento integral das despesas comprovadamente realizadas com alfabetização, obrigando-se as empresas a doar o material escolar dos trabalhadores, mediante comprovação da matrícula, a partir do início do primeiro e segundo semestre de cada ano.

**Parágrafo primeiro** – O cumprimento da presente cláusula está condicionado à apresentação de recibo de pagamento, boleto bancário, devendo ambos conter CNPJ, razão social da instituição de ensino, data de vencimento, data de pagamento, período de concessão do curso.

**Parágrafo segundo** – A concessão do benefício tratado nesta cláusula terá natureza indenizatória.

### **CLÁUSULA OITAVA - AUXÍLIO CRECHE**

As empresas com mais de 100 (cem) empregadas ficam obrigadas a manter creche ou firmar convênios com entidades públicas ou filantrópicas, de modo a abrigar os filhos com até 01 (um) ano de idade, das mães cujos salários não ultrapassem 03 (três) salários mínimos.

**Parágrafo único** – A concessão do benefício tratado nesta cláusula terá natureza indenizatória.

### **CLÁUSULA NONA - AUXÍLIO FARMÁCIA**

As empresas estabelecerão convênios com farmácias, durante a vigência do presente instrumento coletivo, para aquisição de medicamentos para todos os trabalhadores, mediante prescrição médica, devendo estes valores serem descontados nas respectivas remunerações dos empregados, no mês subsequente a compra.

## AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas que já fornecem alimentação industrial continuarão a fornecer, sendo o percentual a ser descontado do empregado no importe máximo de 8% (oito por cento) do piso admissional mensal, devidamente corrigido.

**Parágrafo primeiro** - O presente benefício tem natureza indenizatória, não incorporando ao salário para nenhum fim, e não sendo devido durante os dias não trabalhados, tais como, afastamentos de qualquer ordem, férias, etc.

**Parágrafo segundo** – Todo empregador ao conceder alimentação poderá estar inscrito no Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT.

## SEGURO DE VIDA

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA

As empresas custearão integralmente para todos os seus empregados, um seguro de vida e acidentes pessoais, garantido exclusivamente por Seguradora, na modalidade de “Capital Segurado Global”, para todos empregados da GEFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social, no valor de R\$ 8,63 (oito reais e sessenta e três centavos), mensalmente, por empregado, ficando pactuado que os valores/garantias mínimas a serem seguradas são as seguintes:

GARANTIAS	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO
Morte	R\$ 12.674,52
Morte – Assistência Funeral – Titular – Adicional  Forma de Pagamento: Reembolso até o limite do Capital Segurado.	R\$ 2.756,68
Morte – Cesta Básica – Auxílio Alimentação – Titular  Quantidade e Valor: 06 cestas básicas no valor de R\$ 152,44 cada uma  Forma de Pagamento: De uma única vez, em forma de indenização através de cartão alimentação.	R\$ 914,71
IPA - Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	R\$ 12.674,52

<p>Invalidez Laborativa Permanente Total por Doença – PAD (Pagamento Antecipado em caso de Invalidez Laborativa Permanente Total em decorrência de Doença)</p> <p>Esta indenização caracteriza a antecipação de 100% da cobertura de Morte.</p>	<p>R\$ 12.674,52</p>
<p>DIH UTI – Diária de Internação Hospitalar em UTI, decorrente de acidente pessoal coberto.</p> <p>Limite de Diárias: 5 diárias no valor de R\$ 1.076,66 cada uma Franquia: 01 dia</p> <p>Forma de Pagamento: De uma única vez, em forma de indenização</p>	<p>R\$ 5.383,33</p>
<p>DIT - Diária de Incapacidade Temporária por Acidente</p> <p>Limite de Diárias: 40 diárias no valor de R\$ 28,51 cada uma.</p> <p>Franquia: 15 dias</p> <p>Forma de Pagamento: De uma única vez, em forma de indenização</p>	<p>R\$ 1.127,73</p>
<p>Diária de Incapacidade Temporária - Cesta Básica – Afastamento por Acidente de Trabalho</p> <p>Limite de Diárias: 03 cestas no valor de R\$ 346,66 cada uma</p> <p>Franquia: 15 dias</p> <p>Forma de Pagamento: A partir do 16º dia de afastamento e devidos quando se completar 30 dias a partir desta data, em forma de indenização, pago diretamente ao Segurado Principal através de cartão alimentação.</p>	<p>R\$ 904,37</p>

Assistência Transporte do Titular – Empregado – Decorrente de Morte dos Parentes Previstos na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – Conforme Condições Especiais desta Cobertura estabelecidas no Contrato/Apólice de Seguro.	R\$ 1.127,73
Auxílio Medicamentos – decorrente de acidente ocorrido em horário de trabalho Forma de Pagamento: Reembolso até o limite do capital segurado.	R\$ 1.675,30
Inclusão Automática de Cônjuge – Morte	R\$ 2.935,03
Inclusão Automática de Filhos – Morte - será devida para óbitos de maiores de 14 anos, já para filhos menores de 14 (catorze) anos será devido, apenas, reembolso das despesas com funeral conforme Condições Gerais do contrato de Seguro.	R\$ 1.294,38

**Parágrafo Primeiro** - O empregador que já tiver Apólice de Seguros de Vida e Acidentes pessoais em vigência, de sua livre escolha, contemplando os capitais segurados e garantias mínimas previstas no “caput” da presente cláusula, ficará excluído do pagamento referido, mas, deverá apresentar cópia da citada Apólice de Seguros de Vida e Acidentes Pessoais com os mesmos capitais segurados e garantias mínimas previstas nesta, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

**Parágrafo Segundo** - As empresas que tenham até 10 (dez) empregados, deverão pagar, em cota única, o Seguro de Vida previsto no “caput” desta cláusula.

**Parágrafo Terceiro** - As empresas não poderão contratar seguro de vida para seus empregados através de clube de seguros seja qual ele for.

**Parágrafo Quarto** - A indenização paga a título de seguro não tem caráter salarial, não se incorporando na remuneração dos empregados para quaisquer efeitos legais.

**Parágrafo Quinto** - Dedutibilidade Judicial - Na eventual hipótese de discussão judicial acerca da responsabilidade objetiva e/ou subjetiva da empresa na ocorrência de sinistro coberto pelo presente Seguro de Vida, a quantia auferida (valor da indenização) pelo empregado e/ou seus beneficiários constantes nos itens I, III ou IV deverão ser deduzidas dos valores que venham ser devidos e/ou exigidos da empresa em caso de condenação.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOCUMENTOS ASSINADOS**

Todos documentos assinados pelos empregados na admissão, durante e na rescisão do contrato de trabalho, deverão ser entregues em cópia para os mesmos.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PROGRAMA SEGURO EMPREGO – PSE**

Sempre que solicitado o sindicato laboral atenderá o art. 2º da lei 13.189/2015, e pactuará o PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO – PSE com o empregador solicitante, enquadrado nas categorias econômicas representadas pelo sindicato patronal que subscreve a presente.

## **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA DO EMPREGADO / APOSENTADORIA**

Ao empregado que for dispensado sem justa causa, que possua mais de 15 (quinze) anos de serviço na mesma empresa, e que, concomitantemente, falte no máximo 12 (doze) meses para se aposentar por tempo de serviço, as empresas reembolsarão as 12 (doze) contribuições devidas ao órgão previdenciário, correspondente ao período anual necessário para que se complete o tempo de aposentadoria, com base no último salário reajustado, na forma da presente Convenção Coletiva.

**Parágrafo único:** Caso o empregado venha a ter um novo vínculo empregatício dentro do prazo de 12 (doze) meses, previsto no “caput” fica desobrigada a empresa de reembolsar as demais contribuições devidas ao órgão previdenciário a partir do mês de assinatura da CTPS do ex-empregado. Caso venha a ficar desempregado no período do presente benefício, a empresa novamente custeará mensalmente o período restante ao órgão previdenciário.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS CONTROLE DA JORNADA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - JORNADA EXTRAORDINÁRIA**

No caso de prorrogação da jornada de trabalho, as 02 (duas) primeiras horas excedentes serão remuneradas com o adicional de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora normal, e a partir destas com o adicional de 80% (oitenta por cento), também sobre o valor da hora normal de trabalho.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - BANCO DE HORAS**

Fica instituído o sistema de compensação de horas, nos termos do art. 7º, inciso XII, da Constituição Federal c/c art. 468 da CLT, para o qual pactuam que será permitida a redução e/ou suspensão de jornada de trabalho, individual ou coletivamente, sem alteração salarial, para que tais horas possam ser compensadas a cada 06 (seis) meses, com prorrogação de jornada de, no máximo, 02 (duas) horas diárias e/ou reposição de jornada em sábado, em razão do caráter de sazonalidade da atividade.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ABONO ANUAL DE FALTAS PARA RESOLVER ASSUNTOS PARTICULARES**

Fica instituído um abono anual de 02 (dois) dias para que o trabalhador possa especificamente resolver assuntos particulares, tais como carteira de trabalho, registro eleitoral, carteira de identidade, receber PIS/PASEP e demais documentos que prescindam de sua presença em órgãos públicos, podendo ser convertido em espécie.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ABONO DE FALTAS DE EMPREGADOS ESTUDANTES**

As empresas poderão abonar as faltas dos empregados estudantes para realização de exames em geral, desde que seja solicitado no prazo de 48h (quarenta e oito horas) antes da respectiva realização, obrigando-se o empregado a comprovar sua participação no prazo máximo de 05 (cinco) dias, e quando não prejudicar a execução de suas funções ou produtividade do setor, ou empregador como um todo.

**Parágrafo primeiro** – Ao ser contratado empregado já inscrito em curso profissionalizante, que comprovadamente deu ciência ao empregador, a ele será devido o abono de suas horas de ausência ao serviço, quando informar em até 48 (quarenta e oito) horas antes da respectiva realização, mas desde que o horário do curso ocorra durante a jornada de trabalho do empregado, obrigando-se o trabalhador a comprovar sua participação no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob pena de as horas serem descontadas de seu salário.

**Parágrafo segundo** – A concessão do benefício tratado nesta cláusula terá natureza indenizatória.

## **TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESCALA 12 X 36**

As partes contratam no sentido de que se possam estabelecer escalas de trabalho nas atividades ininterruptas, em sistema de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso.

## **FÉRIAS E LICENÇAS LICENÇA MATERNIDADE**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - LICENÇA DA ADOTANTE**

Os empregadores concederão uma licença remunerada de 120 (cento e vinte) dias para as suas empregadas que adotarem ou obtiverem guarda judicial para fins de adoção de criança e adolescente, desde que apresentem os documentos legais da adoção consumada ou guarda judicial para este fim.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME**



## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORME E EPI'S**

Quando exigido pela empresa ou pela legislação de segurança e medicina do trabalho, os uniformes e EPI'S deverão ser fornecidos gratuitamente pelas empresas.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

Os atestados médicos e odontológicos, fornecidos por profissionais devidamente inscritos em seu conselho profissional, serão recebidos pelas empresas como justificativa de faltas e abono ao serviço.

**Parágrafo primeiro** - Os empregados deverão apresentar o atestado à empresa dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após o seu retorno ao trabalho.

**Parágrafo segundo** - As declarações de comparecimento à consulta médica ou odontológica, bem como o agendamento de consulta e realização de exames não abonarão a ausência do empregado durante o tempo que ficou na consulta.

**Parágrafo terceiro** - Serão aceitos atestados médicos e odontológicos, sempre que fornecerem nome legível, assinatura e número do registro do profissional que realizou o atendimento, local e data do atendimento, nome completo do empregado e dias para o atestado.

**Parágrafo quarto** – Caso o atestado contenha informações ilegíveis, será concedido ao empregado mais cinco dias para providenciar segunda via do documento, para compreensão de seu conteúdo.

**Parágrafo quinto** – É direito do empregador checar a veracidade das informações contidas em quaisquer documentos ofertados pelo empregado, inclusive atestados (como realizar ligações, enviar ofícios ou e-mails aos locais onde foram realizados os atendimentos).

## **OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PROIBIÇÃO DO USO DE CELULAR**

Para melhor garantir a segurança de seus trabalhadores e objetivando o mínimo de previsibilidade quanto à produtividade, fica estabelecida a proibição do uso de qualquer aparelho eletroeletrônico, em especial aparelho de celular, durante o cumprimento das atividades laborativas.

**Parágrafo único** – Caberá a cada empregador avaliar o modo de aplicação das penalidades em caso de descumprimento desta cláusula por parte de seu trabalhador.

## **RELAÇÕES SINDICAIS REPRESENTANTE SINDICAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ACESSO DOS DIRIGENTES**

Os empregadores concederão livre acesso aos dirigentes sindicais, em número máximo de 02 (dois), à direção das mesmas, para acompanhamento desta Convenção, desde que pré-avisadas com a antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, definindo o local a ser visitado, além do dia e hora.

## **LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES**

Os dirigentes sindicais do SINDLATICÍNIOS serão liberados para trabalhos na entidade, em número de 02 (dois) dirigentes por empresa, em no máximo 05 (cinco) dias por ano, em sistema de rodízio, não cumulativo, aplicável somente às empresas com mais de 20 (vinte) empregados.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CURSOS / CONGRESSOS - ENCONTRO DE ATUALIZAÇÃO SINDICAL**

vierem a participar de cursos, congressos e encontros de atualização ou qualificação profissional, patrocinados pelo SINDLATICÍNIOS/ES e Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Espírito Santo, não sofrerão os aludidos trabalhadores/dirigentes quaisquer prejuízos salariais, durante o período da realização dos mencionados eventos, desde que coincidentes com o respectivo horário de trabalho.

**Parágrafo primeiro** - O número de participantes fica limitado a 01 (um) trabalhador/dirigente sindical, sempre em entendimento com o SINDLATICÍNIOS/ES e a empresa.

**Parágrafo segundo** – A participação prevista nesta cláusula fica limitada a 03 (três) eventos por ano, com duração de 05 (cinco) dias, mediante comprovação.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - MENSALIDADE SINDICAL**

Os empregadores descontarão mensalmente de todos os seus empregados associados ao SINDLATICINIOS/ES, desde que autorizado previamente e por escrito, o percentual de 1% (um por cento) do salário-base do empregado, a favor do SINDLATICINIOS/ES, a título de mensalidade sindical.

**Parágrafo Único** - O recolhimento da mensalidade dos empregados será efetuado até o 5º (quinto) dia do mês subsequente em guias fornecidas pelo SINDLATICINIOS/ES, mas também podendo ser obtida através do site <http://www.sindifacil.com.br/sindlaticinios-es/>, a ser pago em qualquer Agência Bancária ou Casa Lotérica, na Conta corrente nº. 0003000956-9, Agência 0171, da Caixa Econômica Federal.

## **DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL LABORAL**

A título de Contribuição Negocial, as empresas descontarão dos salários de todos empregados (08) oito parcelas iguais e consecutivas no valor de 1% (um por cento) mensal, limitado a R\$ 30,00 (trinta reais) mensal, conforme deliberação das Assembleias Geral realizada no dia 28/03/2023, e conforme edital de convocação publicado no jornal "A Tribuna" do dia 21/03/2023.

**Parágrafo Primeiro** - Fica assegurado aos empregados o direito de oposição individual, devidamente protocolizados em duas vias no sindicato profissional, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da efetivação do primeiro desconto.

**Parágrafo Segundo** - Os empregadores deverão repassar os valores descontados até o 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente, em guias fornecidas pelo SINDLATICINIOS, que também podem ser obtidas através do site [www.sindlaticinios.com.br](http://www.sindlaticinios.com.br), a ser pago na agência da Caixa Econômica Federal, agência 0171. 003.956-9.

**Parágrafo terceiro** - Em razão do fato de o desconto estabelecido na presente Cláusula ter sido deliberado em Assembleia Geral da categoria profissional, bem como de estar assegurado o direito de oposição aos trabalhadores, o SINDLATICINIOS reafirma que os empregadores são meros intermediários quanto ao citado desconto salarial, ficando as empresas e o SINCONGEL, a qualquer tempo, isentos de quaisquer responsabilidades quanto aos descontos feitos nos salários dos trabalhadores.

**Parágrafo quarto** – No caso de ação judicial para reaver o desconto a que se refere o "caput" da presente cláusula, o SINDLATICINIOS se compromete a ingressar no polo passivo da relação processual, desde que notificado com a antecedência de 72 (setenta e duas) horas, por escrito, após o recebimento da notificação da empresa, arcando integralmente com o ônus decorrente da devolução dos valores descontados dos trabalhadores e repassados ao Sindicato Laboral, bem como das custas e honorários advocatícios.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas cederão espaço necessário nos seus quadros de aviso para utilização do Sindicato profissional, desde que obedecidas as normas de uso das mesmas, bem como não contenham matérias de ordem político-partidária e ofensiva a pessoas e empresários.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA NOTIFICAÇÃO PRÉVIA**

O Sindicato laboral notificará, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, por meio idôneo – leia-se Aviso de Recebimento, antes de ajuizar ação judicial pleiteando ora cumprimento de Acordo Coletivo, ora Convenção Coletiva, ora Ação Coletiva, a Empresa e o Sindicato Patronal, quando entender haver descumprimento de quaisquer cláusulas pactuadas de forma coletiva, ou direito.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - MULTA POR VIOLAÇÃO DO PACTO**

O não cumprimento de quaisquer das cláusulas desta Convenção implicará no pagamento de multa de 1/30 (um trinta) avos do piso da categoria, limitado a 50% (cinquenta por cento) do referido piso, revertendo 50% (cinquenta por cento) em favor do empregado prejudicado e os outros 50% (cinquenta por cento) para o Sindicato profissional signatário.

**Parágrafo primeiro** – Caso o inadimplemento ocorra por parte do sindicato laboral, caberá ao mesmo o pagamento de multa a ser calculada sobre o número de empregados, mediante a listagem do Caged, devidamente atualizada, vezes 1/3 (um terço) do piso.

**Parágrafo segundo** – As partes contratantes se comprometem, antes de aplicar a penalidade prevista no "caput" desta cláusula, a notificar o infrator, por escrito, sobre a cláusula que está sendo infringida, dando-lhe um prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o mesmo adote providências necessárias objetivando a

sua regularização, sendo que, não atendida a notificação no prazo estipulado, será devida a multa avençada no “caput” da presente cláusula.

## **RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - REVISÃO / RENOVAÇÃO**

Comprometem-se as partes a iniciarem novas negociações, visando a revisão do presente instrumento coletivo, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores ao término de sua vigência.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO CREDITO CONSIGNADO**

Fica acordado pelas partes, que a partir da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas abrangidas por esta CCT firmarão convênio com Instituições Financeiras, conforme proposta apresentada pelo Sindicato Laboral, para que seus empregados possam ter acesso a empréstimos consignados.

**Parágrafo Primeiro** - Os descontos em folha dos empréstimos e convênios utilizados, somente poderão ser efetivados após a autorização prévia e por escrito do empregado.

**Parágrafo Segundo** - As empresas não terão nenhum custo adicional pelo convênio firmado com as Instituições Financeiras, ficando a sua responsabilidade meramente repassar os valores das parcelas dos empréstimos utilizados e autorizados de forma prévia e por escrito pelo empregado.

**Parágrafo Terceiro** - As demais cláusulas e condições estarão expressas no contrato de convênio em que firmará as empresas, que segue a determinação do banco central e a legislação em vigor.

**Parágrafo Quarto** - As empresas terão prazo de até 90 (noventa) dias, a partir da assinatura desta CCT, para firmar o referido convênio.

}

**RENATO BRAGANCA DOMINGUES**  
**PRESIDENTE**  
**SIND IND ALIM CONG SUPERC SORV CONC E LIOFILIZADO DO ES**

**MESSIAS MOREIRA BRUM**  
**PRESIDENTE**  
**SIND TRAB IND LAT D F P AC SORV CONC LIOF EST ESP SANTO**

## **ANEXOS**

### **ANEXO I - ATA**

Anexo (PDF).

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.